



## EXECUÇÃO FINANCEIRA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL SOB A ÓTICA DA TEORIA DO EQUILÍBRIO PONTUADO (2013 – 2023)

Saira Adrielly da Costa Tinoco  
UFMS

Prof. Dr. Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo  
UFMS

### Resumo

É possível dizer que existiram pontuações atípicas na execução do PAA entre 2013 e 2023? A hipótese central é que existiram pontuações, à luz da Teoria do Equilíbrio Pontuado, principalmente em anos de crises políticas como do *impeachment* de Dilma Rousseff e mudanças de governo. Assim, o objetivo geral é investigar a possível existência de pontuações na execução do PAA em Mato Grosso do Sul no período 2013-2023. Em síntese, busca-se como objetivos específicos: i) Demonstrar a evolução da execução financeira do PAA com ênfase no Estado de Mato Grosso do Sul; ii) Verificar se ocorreram pontuações na execução do PAA em anos de crises como o *impeachment* e período de mudanças de governo à luz da TEP; e, iii) Apresentar a execução orçamentária da despesa para a função agricultura no Estado de Mato Grosso do Sul sob a ótica da TEP. A execução financeira do PAA no Mato Grosso do Sul é feita com dados secundários disponíveis pela SESAN e dados extraídos das bases do Balanço Geral do Estado de Mato Grosso do Sul e dos Planos Plurianuais Estaduais. Tem-se que o PAA no período analisado apresentou descontinuidade e quedas expressivas nos recursos executados. Sob a luz da TEP, observou-se variações percentuais entre 2013 e 2023 em Mato Grosso do Sul, impactadas nos períodos de mudança de governo, em 2016 com o *impeachment*, no último ano do governo Temer (2016-2018), no primeiro e último ano do governo Bolsonaro (2019-2022) e no primeiro ano do governo Lula III (2023).

**Palavras-chave:** Equilíbrio pontuado; Política Pública; Mato Grosso do Sul; PAA; Execução orçamentária.

**Categoria:** Artigo científico completo

### INTRODUÇÃO

As políticas públicas voltadas à aquisição da agricultura familiar são instrumentos que conectam a produção com os consumidores finais, a relação entre oferta e demanda, gerando renda para a população local. Segundo Carneiro e Montebello (2024), a agricultura familiar no Brasil merece atenção especial com políticas públicas para o desenvolvimento social, econômico e ambiental. Para os autores, os agricultores



familiares podem diminuir os impactos ambientais com a redução do uso de agrotóxicos, utilizando práticas agroecológicas, orgânicas, entre outras formas.

Os compromissos reforçam a importância de investimentos e políticas públicas, fortalecendo a produção e o processamento local de alimentos, principalmente de agricultores familiares. As políticas públicas de aquisição da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), contribuem para o desenvolvimento rural sustentável (Cunha et al., 2017). Dessa maneira, compras públicas da agricultura familiar são importantes para o fortalecimento da economia local, geração de renda, contribuição para hábitos saudáveis e melhora na qualidade da alimentação.

Logo, a partir da fundamentação teórica e prática, a discussão no âmbito acadêmico oferece subsídios para que o Poder Público possa elaborar políticas públicas efetivas que promovam o desenvolvimento sustentável rural. A partir dos dados secundários disponíveis do Programa de Aquisição de Alimentos, esta pesquisa tem como objetivo demonstrar a execução orçamentária e financeira do PAA no Estado de Mato Grosso do Sul, no período de 2013 a 2023, e demonstrar a execução orçamentária no Estado de Mato Grosso do Sul, para identificar se houve pontuações na execução da despesa pública função agricultura sob a perspectiva da Teoria do Equilíbrio Pontuado.

A Teoria do Equilíbrio Pontuado utilizada para este estudo como instrumento de avaliação da execução orçamentária, pois contempla o comportamento das políticas públicas, estáveis ou não estáveis. Moreira et al. (2023) defenderam as análises da parte financeira do orçamento público sob a ótica da Teoria do Equilíbrio Pontuado para compreender a relação entre valores orçados e executados. É uma teoria interessante para a análise de eventual descontinuidade de programas, por exemplo, por mudanças de mandatos eleitorais que alteram a visão de governo acerca dos programas de aquisição de produtos agrícolas.

Este estudo se justifica pela relevância com os gastos públicos no PAA e na área da agricultura, um setor tão importante para o Estado. Com essa pesquisa, busca-se estimular o desenvolvimento de pesquisas relativas às políticas públicas e à aplicação das teorias para dar suporte às análises sobre as execuções orçamentárias.

Froehlich et al. (2024) argumentam que o PAA apresentou três fases distintas: a fase inicial (2003-2008), a segunda fase (2009-2013), quando o modelo do programa se destacou internacionalmente, e a terceira fase (2014-2019), com uma crise fiscal que levou à redução dos recursos financeiros e cortes orçamentários. Para Santos et al. (2023), após o PAA ser quase extinto em 2021 (foi alterado para Alimenta Brasil), o programa está na sua quarta fase com o seu relançamento em 2023. Segundo Carneiro e Montebello (2024), no período entre 2013 e 2023, o maior volume de recursos monetários pagos aos agricultores familiares da série foi nos anos de 2014 e 2015; depois, os valores são decrescentes com recuperação em 2020 e, posteriormente, novas quedas até 2023.

Conforme o parágrafo anterior, é possível dizer que existiram pontuações atípicas na execução do PAA entre 2013 e 2023? A hipótese central é que existiram pontuações, principalmente em anos de crises como do *impeachment* de Dilma Rousseff e nas trocas de mandatos para Temer e Bolsonaro. Assim, o objetivo geral é investigar a possível existência de pontuações na execução do PAA em Mato Grosso do Sul no período 2013-2023.



Em síntese, busca-se como objetivos específicos: i) Demonstrar a evolução da execução financeira do PAA com ênfase no Estado de Mato Grosso do Sul; ii) Identificar o alcance do PAA no Estado, analisando os quantitativos dos recursos, número de municípios e fornecedores; iii) Verificar se ocorreram pontuações na execução do PAA em anos de crises como o *impeachment* e período de mudanças de governo à luz da Teoria de Equilíbrio Pontuado; e, iv) Demonstrar a execução orçamentária da despesa para a função agricultura no Estado de Mato Grosso do Sul sob a ótica da Teoria do Equilíbrio Pontuado. Este artigo está dividido em seis seções: além desta introdução, a seção dois discute sobre agricultura familiar, ciclo da política pública e as compras institucionais do PAA. Em seguida, a seção três trata a respeito das Finanças Públicas e a Teoria do Equilíbrio Pontuado. Segue-se com a metodologia adotada na pesquisa, com uso de dados secundários; a seção cinco expõe e analisa os resultados. No tópico final, expõem-se as principais considerações finais do estudo, bem como as percepções para pesquisas futuras.

## 2. AGRICULTURA FAMILIAR, POLÍTICAS PÚBLICAS E PAA

Segundo Bittencourt (2018), os agricultores familiares com melhores resultados contribuem diretamente para o desenvolvimento regional, para a fixação do homem no campo, com maior segurança, melhor qualidade e auxiliando a oferta de alimentos, ou seja, em síntese, ampliam a sustentabilidade agrícola. Além das diversas colaborações, as práticas sustentáveis têm se tornado cada vez mais relevantes. Para Carneiro e Montebello (2024), uma das contribuições dos agricultores familiares é a conservação do meio ambiente, impactando na redução do aquecimento global, redução do uso do agrotóxico na utilização das práticas agroecológica e orgânicas, diferente da agropecuária que promove a degradação do meio ambiente. Dessa maneira, as políticas públicas devem promover um ambiente favorável para a inovação da agricultura familiar dentro deste contexto.

Com o reconhecimento internacional em políticas nacionais de combate à fome e pobreza, o Brasil propôs uma Aliança Global para cumprir a meta de Fome Zero até 2030. As políticas públicas de transferências de renda, merenda escolar e apoio à agricultura familiar estão alinhadas às metas das ODS 1 – Erradicação da Pobreza e ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável (Mascarello et al., 2024).

A agricultura familiar tem um papel significativo no Brasil, economicamente e socialmente. Conforme Santos et al. (2019), a trajetória das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar iniciou no ano de 1996 com a criação do PRONAF e, diante de novas exigências dos agricultores familiares, voltou-se adiante para mecanismos de comercialização, com a criação de mercados institucionais como o PAA e o PNAE, a partir da década de 2000. Segundo Valadares et al. (2019), nos últimos anos ocorreu um declínio das políticas de compras da agricultura familiar mais acentuada para o PAA e mais tênue para o PNAE.

### 2.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

De acordo com Dias e Rocha (2015), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) surgiu em 2001 com a formulação do Programa Fome Zero; as diretrizes do programa passaram pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) e, somente em



2003, foi criado o PAA pela Lei nº 10.696, posteriormente alterada pela Lei nº 12.412/11. Para os autores, o PAA como política pública de apoio à agricultura familiar estimula o desenvolvimento territorial, o mercado direto dos produtos locais e a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Segundo Cavalcanti et al. (2024), no período de 2009 a 2019, os recursos do PAA sofreram uma queda de 88,6%, reduzindo a aquisição de mais de 263 mil toneladas de alimentos, com redução na participação dos municípios de 63,5% e no número de fornecedores em 92,1%.

Nesse sentido, para Grisa et al. (2022), a partir de 2016, com as rupturas políticas e institucionais e as mudanças de prioridade, contribuíram para a redução dos recursos financeiros, do número de agricultores familiares fornecedores e das entidades atendidas. Os gestores públicos, para não assumir os custos políticos do impacto da extinção do PAA, os recursos foram sendo reduzidos, diminuição da intensidade do programa como fim do pagamento da modalidade Formação de Estoques, mudanças nas regras de credenciamento das entidades atendidas, diminuição nos limites de comercialização por cooperativa, entre outras mudanças.

De acordo com Galván e Oliveira (2023), após o *impeachment* em 2016, ocorreram mudanças significativas na estrutura do Estado Social do Brasil com a agenda neoliberal implantada pelo governo de Michel Temer. Para Martins et al. (2024), o país passou por uma ascensão de uma agenda neoliberal e austeridade fiscal.

### **3. FINANÇAS PÚBLICAS E TEORIA DO EQUILÍBRIO PONTUADO**

Para Capella (2005), a Teoria do Equilíbrio Pontuado modelo desenvolvido por Baumgartner e Jones (1993) tem como bases dois eixos: a dinâmica institucional e a formulação da agenda. Na dinâmica político-institucional exerce influência sobre a definição de problemas e soluções. Os principais atores que exercem influência na formação da agenda são o presidente, grupos de interesse e a mídia que direciona a atenção dos indivíduos.

Nesse sentido, na formação de agenda de um governo e formulação das políticas públicas, é fundamental compreender como determinada questão se torna relevante para integrar a agenda e como a mudança de imagem interfere nesse processo. Para Grisa et al. (2022), o PAA fez parte do desmonte das políticas públicas com perda das capacidades estatais na agenda agrária e alimentar, acompanhado de um ideário crítico sobre a efetividade das políticas públicas brasileiras. Como parte do processo de desestruturação, a Operação Agrofantasma foi desencadeada em 2013 para apurar desvios de recursos públicos de associações, cooperativas e funcionários da CONAB, que posteriormente foram absolvidos por falta de provas; entretanto, pode ser considerado como um desmantelamento discursivo e simbólico. Nesse sentido, para Peixoto e Oliveira (2020), a evolução do PAA foi gradativa até a operação em 2013. A partir deste episódio, deu-se o enfraquecimento no tocante à segurança alimentar e nutricional no Brasil, justamente em 2014, quando o país havia deixado o Mapa da Fome da FAO/ONU.

De acordo com Delgado et al. (2005), embora seja um programa prioritário do governo, o PAA não adquiriu *status* de programa orçamentário no Plano Plurianual de Governo (2004-2007), mantendo-se como ação orçamentária dentro da rubrica abastecimento alimentar. Segundo Silva (2016), o PPA deve estabelecer a ligação entre os objetivos do



Estado de longo, médio e curto prazo; entretanto, apesar do papel central atribuído na Constituição Federal de organização da ação do Estado, o seu reconhecimento ainda encontra resistência na administração pública.

### 3.1 Teoria do Equilíbrio Pontuado

Segundo Silva et al. (2022), as pesquisas da Teoria do Equilíbrio Pontuado em políticas públicas ocorreram com Frank Baumgartner & Bryan Jones, utilizando o estudo do equilíbrio pontuado de Gould e Eldredge. Silva e Oliveira (2024) mencionam que a Teoria do Equilíbrio Pontuado (TEP) teve início com uma análise de longo prazo nos Estados Unidos, mas suas funções têm sido úteis para a formulação de políticas de maneira geral. Esta teoria compreende os períodos de estabilidade (incrementais) e as mudanças (variações atípicas-pontuais) na formulação de políticas públicas.

Para Carvalho (2018), a TEP, ao analisar as políticas executadas no orçamento público, permite detectar as mudanças de um processo estável de execução orçamentária para compreender o processo. Santana et al. (2024) resalta que tanto o período de estabilidade como as variações pontuadas estão de acordo com a Teoria do Equilíbrio Pontuado, que busca explicar as mudanças nas políticas públicas através da execução orçamentária. Conforme os estudos de Jordan (2003), citados por Silva e Oliveira (2024), para determinar o tipo de distribuição dos dados, as pontuações são alterações de decréscimo que têm 25% ou mais, e toda a alteração positiva de 35% ou mais de um ano para o outro, para a análise da distribuição, foi realizado o Teste de *Kolmogorov-Smirnov (K-S)*. Para os autores, os orçamentos públicos no Brasil são elaborados, de maneira incremental, utilizando os dados do orçamento anterior e adicionando as estimativas de receitas e despesas para o orçamento novo.

Diante do contexto da relevância da alocação de recursos públicos, a utilização da Teoria do Equilíbrio Pontuado para analisar a execução orçamentária é a mais indicada por identificar os períodos de equilíbrio e de variações nas execuções orçamentárias, conforme os estudos citados anteriormente. Como este estudo visa o desenvolvimento de pesquisas relativas à execução orçamentária e financeira, para a execução financeira terá como foco os desempenhos do PAA no Estado de Mato Grosso do Sul e para a análise da execução orçamentária o objeto de estudo é a despesa pública função agricultura no orçamento do Governo Estadual sob a ótica da Teoria do Equilíbrio Pontuado, entre os anos de 2013 a 2023.

## 4. MÉTODO E DADOS

A pesquisa consiste em uma abordagem quantitativa. Foram realizadas pesquisas descritivas e uma análise exploratória. O recorte temporal de análise compreende o interstício de 2013 a 2023, uma vez que o tema se refere à execução financeira do PAA no Estado de Mato Grosso do Sul. Foram utilizados os dados secundários da execução geral do PAA, disponível pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Os dados quantitativos do PAA foram extraídos e tabulados com base no método da estatística descritiva.

Este estudo utiliza a Teoria do Equilíbrio Pontuado também para a análise da execução orçamentária e financeira no Estado de Mato Grosso do Sul, para identificar os períodos



de equilíbrio com interrupções pontuadas e as variações da execução orçamentária da despesa pública por função agricultura do orçamento do estado de Mato Grosso do Sul, entre os anos de 2013 a 2023. Os dados extraídos das bases do Balanço Geral do Estado de Mato Grosso do Sul e dos Planos Plurianuais Estaduais (PPA) foram organizados em um banco no software Microsoft Excel, avaliando as variações da execução orçamentária e execução financeira no Estado de Mato Grosso do Sul.

Para o desenvolvimento do trabalho, quanto à abordagem, fez-se uma análise quantitativa com técnicas de coleta, codificação e análise de dados como meta é gerar resultados significativos dos fenômenos, conforme (Silva, 2014) <sup>1</sup>. Analisar as alocações dos recursos públicos, de forma teórica e prática, para compreender a elaboração do orçamento público, justifica-se pela relevância ao tratar dos gastos públicos. Com este estudo, busca-se, em conformidade com Silva et al. (2022) e Carvalho (2018), fomentar as pesquisas relativas aos modelos teóricos como a Teoria do Equilíbrio Pontuado para suporte às análises das decisões no processo orçamentário.

Para a análise dos dados estatísticos, foi utilizado o estudo de Silva et al. (2022), a operacionalização do teste de *Kolmogorov-Smirnov* (5%) e *Shapiro-Wilk* para testar a normalidade ou não das pontuações se a distribuição é normal ou leptocúrtica, alocações incrementais, sem grandes alterações e alocações atípicas, com grandes alterações, respectivamente, o teste *Shapiro-Wilk* é mais apropriado para amostras pequenas ( $n < 30$ ). Para Breunig e Koski (2006) o teste *Shapiro-Wilk* é o teste mais poderoso para avaliar a normalidade do que o teste K-S.

Para verificar o nível de significância, analisa-se o *p-valor*; ao nível de 5% de significância, considerado o índice decrescente da confiabilidade. A hipótese central deste trabalho é a verificação da existência de pontuações (situação atípica na execução do PAA em anos de crise como o *impeachment* da Dilma Rousseff em 2016, e mudança de governo Temer em 2018, Bolsonaro (2019-2022) e a execução orçamentária da despesa pública na função agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul, período de 2013 a 2023, sob a luz da Teoria do Equilíbrio Pontuado.

No estudo realizado por Silva et al. (2022) foram utilizadas as variáveis receita total realizada, despesa total liquidada e as funções saúde e educação. Os valores representam os números índices de percentagem de variação positiva ou negativa, por meio da (fórmula no Excel =  $((x2 / x1) - 1) * 100$ ). No mesmo sentido, no estudo realizado por Carvalho (2017), onde analisou a variação da execução orçamentária das funções e subfunções do Governo do Distrito Federal como *proxy* da execução de políticas públicas sob a ótica da Teoria do Equilíbrio Pontuado, a variação anual da função, que aumenta ou diminui, em relação ao ano anterior, foi calculada a partir da seguinte fórmula:  $Vfun_{t1} = ((fun_{t1} - fun_{t0}) / fun_{t0})$ .

Este estudo tem como objetivo verificar a execução do PAA no Estado de Mato Grosso do Sul, para isso, buscou os dados secundários disponíveis da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, que foram utilizados para compreender o alcance do programa no Estado. Os valores monetários foram atualizados de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do mês de janeiro/2025 para análise deste estudo.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO



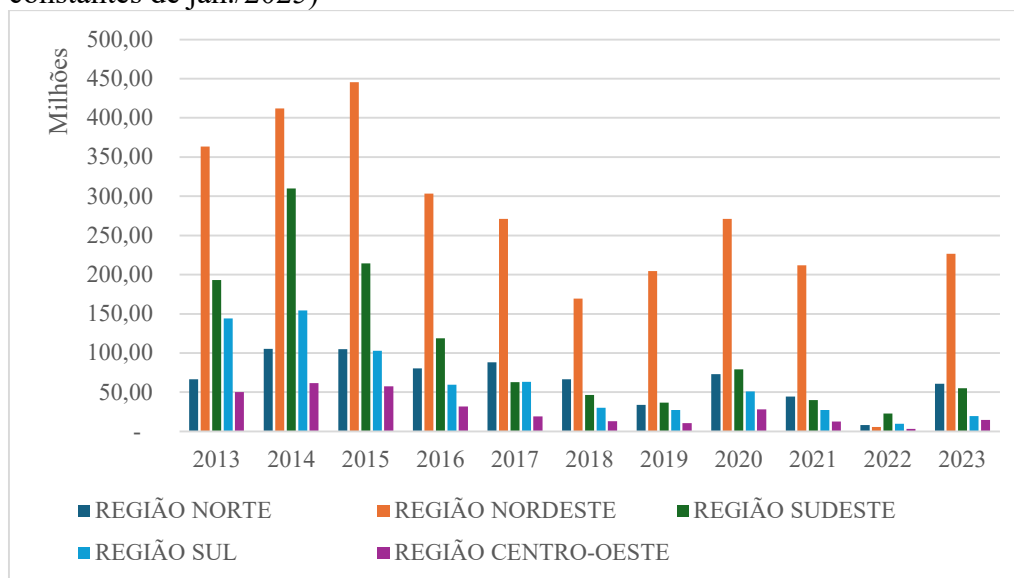
Esta seção traz os resultados separados entre os dados do PAA em âmbito nacional e, depois, a execução orçamentária e financeira da função agricultura no Estado de Mato Grosso do Sul.

## 5.1 Dados PAA – âmbito nacional

A partir da Figura 1, é possível observar os recursos investidos no PAA entre 2013 e 2023, distribuídos pelas regiões brasileiras. As regiões Nordeste e Sudeste destacaram-se com maior participação nos investimentos, seguidas pelas regiões Norte, Sul e Centro-Oeste. Nos anos de 2014 e 2015, houve um aumento expressivo no montante de recursos destinados ao programa. Contudo, a partir de 2016, os investimentos sofreram quedas consecutivas até 2019. Em 2020, ocorreu uma recuperação dos recursos, mas essa retomada foi seguida por novas reduções nos anos subsequentes até 2023.

Esses resultados corroboram os achados do estudo de Carneiro e Montebello (2024), que apontam uma tendência decrescente nos recursos do PAA até 2019, com recuperação em 2020 e nova queda até 2023. Segundo os autores, houve uma redução média anual de 13,12% nos recursos investidos no programa. Além disso, o número de beneficiários fornecedores apresentou uma taxa geométrica de crescimento negativa de 11,96%, evidenciando uma diminuição significativa no alcance do programa ao longo do período analisado.

Figura 1- Recursos aplicados no PAA por regiões brasileiras, entre 2013 a 2023 (em reais constantes de jan./2025)



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN, 2025)

Em 2020, a Conab operacionalizou R\$ 223.487.793,83, entre as modalidades Compra com Doação Simultânea (R\$ 223.237.866,39) e Aquisição de Sementes (R\$ 249.927,44), com recursos financeiros do Ministério da Cidadania, de Emendas Parlamentares e dos Recursos Covid-19 da Medida Provisória nº 957. Devido à pandemia de Covid-19, os projetos aprovados em 2019 que não tinham sido contemplados por falta de recurso foram contemplados 100% em 2020 (Conab, 2020). No mesmo ano, quanto à modalidade de



aquisição de sementes, foram adquiridos R\$ 249.927,44 de uma única organização fornecedora do Estado do Rio Grande do Sul, representando 17 agricultores familiares.

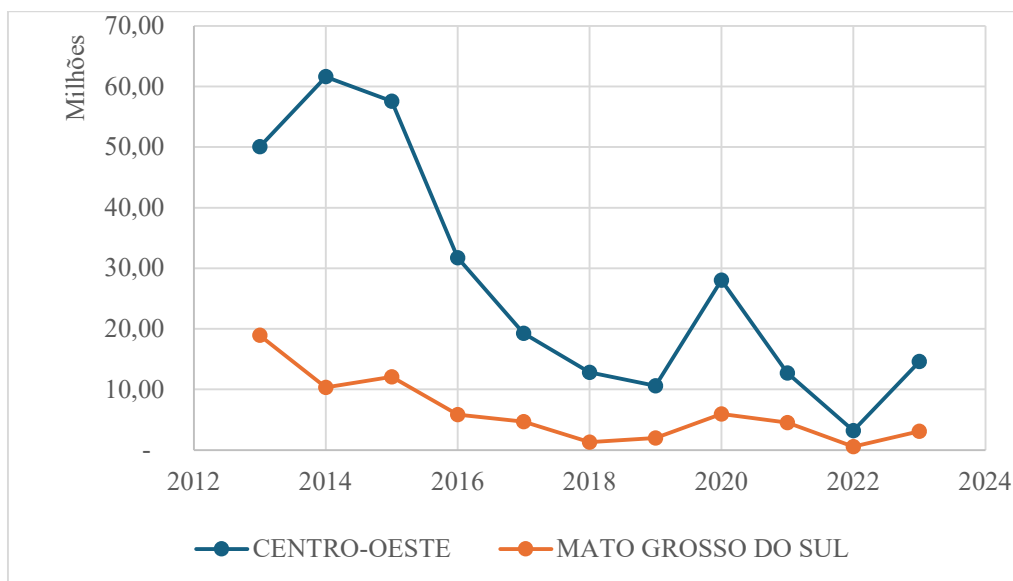
No Brasil, os recursos do PAA sofreram declínio de 88,6% entre 2009 e 2019. No ano de 2009 foram investidos R\$ 363 milhões, enquanto no ano de 2019 foram R\$ 41 milhões (Cavalcanti et al., 2024). Para Grisa et al. (2022), após o *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, verificou-se uma redução de recursos direcionados ao financiamento das políticas públicas, o cancelamento das transferências dos recursos do PAA, a extinção do MDA em 2016, e as atribuições foram centralizadas na Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD); inclusive, funcionários que estavam ligados à formulação e implementação das políticas públicas para a agricultura familiar foram exonerados.

Segundo Grisa et al. (2022), em 2019 o PAA executou o menor orçamento desde 2004. Em 2020 a LOA tinha estabelecido R\$ 150 milhões para a execução do PAA, no entanto, devido às medidas emergenciais no enfrentamento à pandemia de Covid-19, permitiu uma suplementação orçamentária de R\$ 500 milhões; já em 2021 o orçamento foi reduzido para R\$ 371 milhões. Para os autores Galván e Oliveira (2023), em 2019, no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, os recursos chegaram a R\$32.319.855,00; entretanto, em 2020, devido a medidas emergenciais de enfrentamento à pandemia de Covid-19, foi destinado ao programa R\$223.407.802,00. Em 2021, o ex-presidente alterou o nome do PAA para Programa Alimenta Brasil pela Medida Provisória 1061/2021 e convertido pela Lei 14.284 de 2021.

### *5.1.1 Dados PAA – âmbito Estado de Mato Grosso do Sul*

A Figura 02 apresenta a evolução dos recursos financeiros pagos aos agricultores familiares fornecedores para o PAA, entre 2013 e 2023. No que tange à execução, com base nos registros da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN), observa-se que, em 2014, na região Centro-Oeste, o programa executou em valores constantes aproximadamente R\$ 60 milhões, enquanto, em 2023, foram cerca de R\$ 14 milhões. No Estado de Mato Grosso do Sul o programa executou cerca de R\$ 10 milhões em 2014, e pouco mais de R\$ 3 milhões em 2023, totalizando R\$ 69 milhões ao longo do período.

Figura 2 – Recursos financeiros pagos aos agricultores familiares do PAA, entre 2013 a 2023, na região do Centro-Oeste e de Mato Grosso do Sul (em milhões de Reais de Jan./2025)



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN, 2025)

Na região Centro-Oeste, as maiores quedas ocorreram no período de 2016, 2021 e 2022, com reduções de 44,9%, 54,71% e 74,72%, respectivamente. Por outro lado, no período 2020, houve um aumento significativo de 165,7%, possivelmente relacionado as medidas emergenciais para o enfrentamento da Covid-19. Após o período de quedas consecutivas, verificou-se novamente um aumento expressivo em 2023 em relação a 2022, com crescimento de 127,8%.

A Tabela 1 demonstra os resultados das variações percentuais ano a ano para evidenciar se houve períodos estáveis (incrementais) ou não (situações atípicas), conforme o modelo de Jordan (2003), as pontuações são alterações de decréscimo que têm 25% ou mais e toda a alteração positiva de 35% ou mais de um ano para o outro. A partir da fórmula no Excel =  $((x2/x1)-1)*100$ . Assim, observa-se que em Mato Grosso do Sul, em 2014, houve uma situação atípica em relação ao ano de 2013, uma variação negativa de 45,32%. Para Valadares et al. (2019), o somatório do baixo dinamismo da economia a partir de 2014 e o regime fiscal implementado a partir de 2015 comprometeram o PAA após 2013.

Tabela 1 – Variações percentuais dos recursos financeiros pagos aos agricultores familiares do PAA, 2013 a 2023, em Mato Grosso do Sul

ANO	Valor Constante	(%)	Valor Corrente	(%)
2013	10.058.583,61		18.921.640,18	
2014	5.860.658,38	-41,73	10.346.483,08	-45,32
2015	7.539.825,47	28,65	12.048.666,74	16,45
2016	3.912.482,23	-48,11	5.843.825,09	-51,50
2017	3.220.912,04	-17,68	4.679.659,88	-19,92
2018	918.306,91	-71,49	1.282.325,70	-72,60
2019	1.478.491,95	61,00	1.999.101,94	55,90



2020	4.577.139,35	209,58	5.933.072,03	196,79
2021	3.870.791,11	-15,43	4.530.922,41	-23,63
2022	509.527,28	-86,84	563.191,70	-87,57
2023	2.915.043,88	472,11	3.077.907,96	446,51
<b>Média</b>	<b>44.861.762,21</b>	<b>49,01</b>	<b>69.226.796,70</b>	<b>41,51</b>

Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN, 2025)

De acordo com Silva et al. (2022) os percentuais de Jordan (2003) foram utilizados na sua pesquisa para verificar as variações atípicas que necessitam de análises complementares para averiguar os possíveis motivos das mudanças. O ambiente político conturbado, como a crise do *impeachment* em 2016, final do mandato do governo Temer em 2018 e o desmonte do programa no final do mandato do governo Bolsonaro pode ser a razão das variações negativas em 2016, 2018 e 2022. O maior volume de recursos orçamentários aplicados, após a pandemia foi em 2023 com variação percentual acima de 200%. Para Carvalho (2018), as variações superiores a 200% são *outliers*, são as mudanças bruscas na execução de políticas públicas e apontam para estudos futuros sobre essas pontuações. Dessa forma, as variações percentuais entre 2013 e 2023 em Mato Grosso do Sul foram impactadas nos períodos de mudança de governo, em 2016 com o *impeachment*, no último ano do governo Temer (2016-2018), no primeiro e último ano do governo Bolsonaro (2019-2022) e no primeiro ano do governo Lula III (2023). Esta análise indica a confirmação da hipótese central a luz da Teoria do Equilíbrio Pontuado para a execução orçamentária e financeira do PAA no Mato Grosso do Sul.

Para avaliar a abrangência do PAA, em termos de estabelecimentos e área, de acordo com os dados do Censo Agropecuário (2017), do total de 71.164 estabelecimentos rurais no Mato Grosso do Sul, 61% são classificados como agricultura familiar, comprimidos em 4% da área total, ao passo que 39% classificados como unidades de agricultura não familiar ocupam 96% da área total, conforme pode ser observado na Tabela 2:

Tabela 2 - Caracterização dos estabelecimentos rurais no Mato Grosso do Sul (IBGE, 2017)

Perfil do Estabelecimento	Estabelecimentos		Área (ha)	
Agricultura não familiar	27.941	39%	29.354.292	96,0%
Agricultura familiar	43.223	61%	1.194.888	4,0%
Total	71.164	100%	30.549.179	100,0%

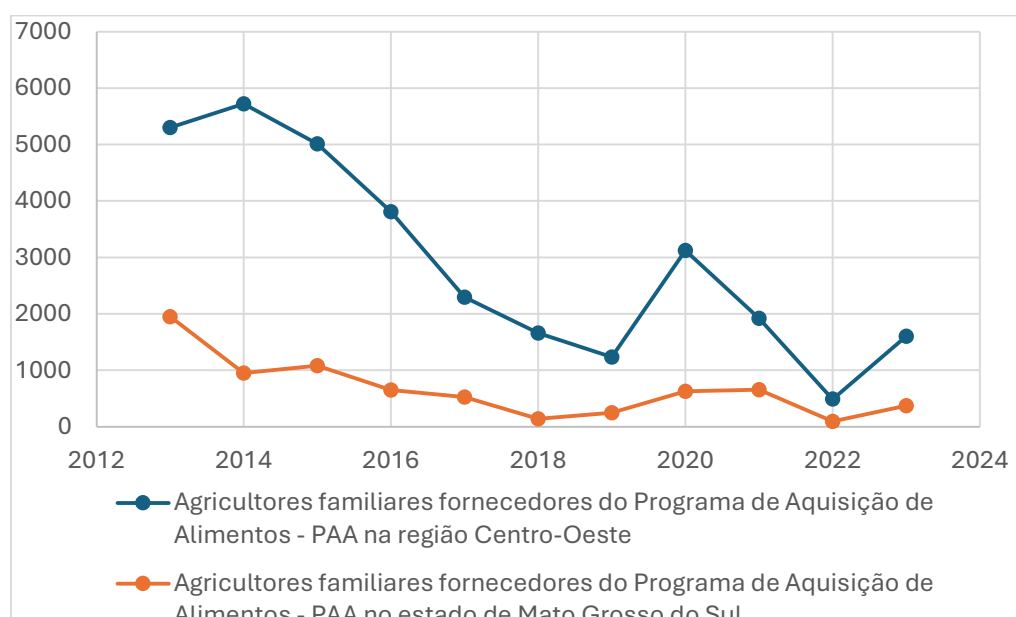
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

De acordo com Carneiro e Montebello (2024), no período de 2013 a 2023, no Brasil houve desaceleração no ritmo de crescimento do número de beneficiários fornecedores, sendo influenciado pela própria redução dos recursos aplicados no PAA. Conforme a Figura 3, há uma variação significativa no número de agricultores familiares, entre 2013 e 2023, na região Centro-Oeste e no Estado de Mato Grosso do Sul.



A Figura 3 apresenta o quantitativo dos agricultores familiares fornecedores do PAA na região do Centro-Oeste e Mato Grosso do Sul, entre 2013 e 2023, com base nos dados secundários da SESAN. Na região Centro-Oeste, o número de fornecedores aumentou de 5.301 em 2013 para 5.722 em 2014. Entre 2015 e 2019, houve uma queda significativa. Em 2020, devido a fatores relacionados à pandemia de Covid-19, os números voltaram a crescer, passando de 1.236 para 3.125 agricultores. Contudo, após 2020, ocorreram novas quedas, chegando a 492 agricultores familiares em 2022. O número de agricultores familiares fornecedores no Estado de Mato Grosso do Sul apresentou comportamento semelhante ao da região Centro-Oeste, com exceção do ano de 2014, quando os números divergiram. Ao longo do período analisado, houve sucessivas quedas no Estado, passando de 1952 agricultores em 2013 para apenas 371 em 2023

Figura 3 – Agricultores familiares fornecedores do PAA, entre 2013 a 2023, na região do Centro-Oeste e Mato Grosso do Sul



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN, 2025)

Com base nos dados secundários da Conab, o número de agricultores familiares fornecedores em Mato Grosso do Sul em 2016 foi de 375 e em 2023 o resultado foi de 679 agricultores familiares, modalidade CRR-Doação e CPR-Estoque. Os dados secundários da SESAN e da Conab, não são correspondentes, quanto à quantidade de agricultores familiares fornecedores do PAA por ano no estado. A falta de um banco de dados único pode influenciar no controle e monitoramento da execução da política pública.

Segundo Galván e Oliveira (2023), o PAA consolidou-se por meio da modalidade CDS, que tem como objetivo adquirir alimentos produzidos pelos beneficiários fornecedores e destiná-los à população em situação de vulnerabilidade alimentar. Para a CONAB (2020), o sucesso da modalidade CDS está relacionada à comercialização de produtos





execução orçamentária por função é o nível mais amplo de agregação do orçamento e a categoria que permite uma análise comparada de longo prazo.

Quadro 01 – Comparativo de subfunções orçamentárias PPA's: Agricultura

PPA 1 -2012/2015	PPA 2 -2016/2019	PPA 3-2020/2023	PPA 4 -2024/2027
Administração Geral	Administração Geral	Administração Geral	Administração Geral
Tecnologia da Informação	-	-	-
	-	Assistência aos Povos Indígenas	-
	Preservação e Conservação Ambiental	Preservação e Conservação Ambiental	-
Controle Ambiental	Controle Ambiental	Controle Ambiental	-
Recuperação de Áreas Degradadas	-	-	-
-	Recursos Hídricos	-	-
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia			
-	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico
		Abastecimento	Abastecimento
	Meteorologia	Meteorologia	-
Extensão Rural	Extensão Rural	Extensão Rural	Extensão Rural
Irrigação	Irrigação	Irrigação	
Promoção da Produção Agropecuária	Promoção da Produção Agropecuária	Promoção da Produção Agropecuária	Promoção da Produção Agropecuária
Defesa Agropecuária	Defesa Agropecuária	Defesa Agropecuária	Defesa Agropecuária
-	Promoção Comercial		-

Fonte: Resultados da Pesquisa. Modelo adaptado de Moreira et al. (2023)

A partir do PPA 2, o setor Agricultura enfrentou descontinuidade e migrações, influenciadas por medidas governamentais. A continuidade da “Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico” e “Abastecimento” indicam um foco em melhorar a eficiência e inovação, enquanto a exclusão das funções “Preservação e Conservação Ambiental” e “Controle Ambiental” podem indicar uma mudança nas prioridades ambientais. Dessa forma, a execução orçamentária por função é importante para a comparação de longo prazo.

Observa-se na Tabela 3, em termos deflacionados e correntes em janeiro/2025, período de 2013 a 2023, a receita total realizada (arrecadada), a despesa total liquidada e a despesa pública função agricultura; os dados foram extraídos do Balanço Geral do Estado de Mato Grosso do Sul. Ao analisar os Valores Constantes no período correspondente, refletem os valores “brutos” sem considerar a inflação. Na análise política é dada ênfase aos valores

# II SEAC UFPR

Seminário Acadêmico de  
Contabilidade - UFPR

24 DE SETEMBRO DE 2025



constantes, pois são mais fáceis de comunicar ao público. Dessa forma, poderíamos deduzir que em 2013 a despesa com a função agricultura era cerca de R\$ 131 mil em 2013 e passou para R\$ 248 mil em 2023, sem levar em conta a inflação.

Ao analisar os Valores Correntes no período correspondente, permite uma análise em termos reais, possibilitando comparação ao longo dos anos. Na análise econômico é dada ênfase aos valores correntes, pois permite verificar a variação real. Dessa maneira, poderíamos considerar que em 2013 a despesa com a função agricultura era cerca de R\$ 248 milhões em 2013 e passou para R\$ 261 milhões em 2023, ou seja, um aumento de 5,49% de variação real ao longo do tempo.



Tabela 03 – Valores Deflacionados e Correntes em reais da receita total realizada, despesa total liquidada e os gastos com agricultura no Estado de Mato Grosso do Sul, 2013-2023

Anos	Valor Deflacionado em R\$			Valor Corrente em R\$ JAN/2025						
	Receita (RT – em R\$)	Total	Despesa (DT – em R\$)	total	Agricultura (em R\$)	Receita (RT – em R\$)	Total	Despesa (DT – em R\$)	total	Agricultura (em R\$)
2013	11.459.607.673,99		11.712.097.316,76		131.977.428,23	21.557.167.634,44		22.032.136.910,00		248.268.494,46
2014	12.893.411.150,16		13.284.476.545,74		111.404.026,96	22.762.196.948,18		23.452.588.920,49		196.674.128,59
2015	14.692.276.849,24		14.147.516.454,24		154.751.830,87	23.478.308.358,83		22.607.779.395,43		247.293.951,89
2016	11.759.455.520,71		12.261.227.227,62		167.597.706,86	17.564.348.458,02		18.313.812.843,60		250.330.002,00
2017	12.628.717.023,43		14.506.915.374,04		175.592.395,59	18.348.250.334,62		21.077.082.840,03		255.118.015,96
2018	14.923.502.296,31		14.720.730.799,73		176.065.614,07	20.839.209.945,92		20.556.059.402,28		245.858.393,23
2019	15.118.122.501,08		15.066.291.275,10		165.236.097,06	20.441.550.567,84		20.371.468.411,36		223.419.411,60
2020	17.556.395.375,42		15.365.474.321,17		184.866.671,15	22.757.305.452,71		19.917.345.507,17		239.631.610,78
2021	19.891.505.125,21		18.602.311.882,50		259.538.588,99	23.283.836.224,82		21.774.781.774,87		303.800.741,17
2022	22.571.078.479,89		23.115.189.538,68		439.120.006,54	24.948.316.378,87		25.549.734.465,83		485.369.135,60
2023	23.760.207.660,05		24.358.822.183,06		248.041.592,28	25.087.695.214,06		25.719.754.450,19		261.899.725,65
	<b>177.254.279.655,49</b>		<b>177.141.052.918,64</b>		<b>2.214.191.958,60</b>	<b>241.068.185.518,32</b>		<b>241.372.544.921,25</b>		<b>2.957.663.610,93</b>

Fonte: Balanço Geral do Estado de Mato Grosso do Sul (2013 a 2023)



A Tabela 4 demonstra os resultados das variações percentuais ano a ano para verificar se houve estabilidade ou não para as análises. Observa-se que não houve situação atípica nas receitas totais realizadas e nem nas despesas totais liquidadas, semelhantes aos resultados de Silva et al. (2022). Quanto a Agricultura as variações percentuais é cerca de 59,77% positiva, isto é, o orçamento aumentou neste ano. Já de 2022 para 2023 é cerca de 46,04%, só que desta vez negativa, apontando uma situação atípica (pontuada), pois ultrapassam os critérios de aumento de 35% e decréscimo de 25%, caracterizando o período de estabilidade seguida de grandes rupturas. As atualizações foram realizadas com o apoio do sítio Calculadora do Cidadão (BCB, 2024), e os dados foram atualizados para o mês de janeiro/2025.

Tabela 04 – Variações percentuais dos recursos no período de 2013 a 2023

Anos	Valor Constante			Valor Corrente		
	RT (%)	DT (%)	Agricultura (%)	RT (%)	DT (%)	Agricultura (%)
2013						
2014	12,51	13,43	-15,59	5,59	6,45	- 20,78
2015	13,95	6,50	38,91	3,15	-3,60	25,74
2016	-19,96	-13,33	8,30	- 25,19	- 18,99	1,23
2017	7,39	18,32	4,77	4,46	15,09	1,91
2018	18,17	1,47	0,27	13,58	- 2,47	-3,63
2019	1,30	2,35	-6,15	-1,91	- 0,90	-9,13
2020	16,13	1,99	11,88	11,33	-2,23	7,26
2021	13,30	21,07	40,39	2,31	9,33	26,78
2022	13,47	24,26	69,19	7,15	17,34	59,77
2023	5,27	5,38	-43,51	0,56	0,67	-46,04
<b>Média</b>	<b>8,15</b>	<b>8,14</b>	<b>10,85</b>	<b>2,10</b>	<b>2,07</b>	<b>4,31</b>

Fonte: Variações em porcentagens de 2013/2014 e sequências. RT: receita total realizada (recursos recebidos). DT: despesa total liquidada.

As variações nos recursos destinados à agricultura foram expressivas, com aumento em 2022 seguido de uma queda acentuada em 2023. Essas mudanças são consideradas atípicas na agricultura e sugere que o setor está sujeito a mudanças significativas, que podem ser influenciadas por fatores como políticas governamentais ou climáticas.

De acordo com Breunig e Koski (2006) os formuladores de políticas estaduais lidam com restrições de gastos e limitações de receitas, por isso consideram o impacto político de cada dotação individual sobre o orçamento.

A Tabela 5 apresenta os resultados dos testes de normalidade e demonstraram que houve normalidade (distribuição normal) com o *p-valor* maior que 0,05 para as variáveis RT, DT, Agricultura/RT e Agricultura/DT, enquanto a variável Agricultura não segue uma distribuição normal, a normalidade é rejeitada. Quando o *p-valor* < 0,05 rejeita a hipótese de que os dados seguem uma distribuição normal, indicando uma distribuição leptocúrtica. Dessa forma conclui-se que as variações da execução orçamentárias apresentaram padrões de estabilidade e mudança abrupta. Conclui-se pela não rejeição da hipótese central da TEP (execução com comportamento de mudanças – atípicas – Teoria do Equilíbrio Pontuado).

Tabela 5 – Teste de normalidade da receita total realizada, despesa total liquidada e da função agricultura

Variável	Testes de Normalidade Valor Constante	
	Kolmogorov-Smirnov <sup>a</sup>	Shapiro-Wilk



	<b>Estatística</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Estatística</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>
RT	,228	11	,114	,892	11	,146
DT	,297	11	,007	,834	11	,026
AGRI	,300	11	,007	,772	11	,004
AgriRT	,199	11	,200*	,862	11	,062
AgriDT	,247	11	,059	,870	11	,078

#### Testes de Normalidade Valor Corrente

<b>Variável</b>	<b>Kolmogorov-Smirnov<sup>a</sup></b>			<b>Shapiro-Wilk</b>		
	<b>Estatística</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>	<b>Estatística</b>	<b>df</b>	<b>Sig.</b>
RT	,180	11	,200*	,941	11	,534
DT	,124	11	,200*	,953	11	,689
AGRI	,355	11	,000	,652	11	,000
AgriRT	,199	11	,200*	,862	11	,062
AgriDT	,247	11	,059	,870	11	,078

Fonte: Elaboração própria. Notas: \*. Este é um limite inferior da significância verdadeira. a. Correlação de Significância de Lilliefors

A Teoria do Equilíbrio Pontuado compreende os períodos de estabilidade (incrementais) e as mudanças variações atípicas (pontuadas) e conclui-se pela utilidade desta teoria nas análises dos orçamentos da função agricultura do Governo Estadual, no período de 2013 a 2023. A análise detalhada da função agricultura permitiu verificar o comportamento incremental com variações atípicas, a mudança de governadores não provocou grandes alterações na execução orçamentária, alinhado com as pesquisas de Carvalho (2017) e Silva et al. (2022) e reforça a aplicabilidade da Teoria do Equilíbrio Pontuado na análise dos processos orçamentários.

Carvalho (2018) convalidou a Teoria do Equilíbrio Pontuado ao analisar a execução orçamentária no Brasil em diversas áreas por função, entre 1980 e 2014, indicou um padrão de distribuições das variações com período de estabilidade e interrupções. Enquanto, Silva et al. (2022), convalidou o uso da TEP ao analisar as execuções orçamentárias no Brasil, o estudo analisou as funções de governo saúde e educação, entre 2000-2018.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou demonstrar a execução orçamentária e financeira do PAA no Mato Grosso do Sul, entre 2013 e 2023, o alcance dos municípios e o número de fornecedores beneficiários do programa. Ao observar o comportamento da execução orçamentária e financeira, este estudo apontou que o PAA no período analisado apresentou descontinuidade e quedas expressivas nos recursos executados.

Na região Centro-Oeste, o montante destinado ao programa seguiu uma queda acentuada, enquanto a função Mato Grosso do Sul apresentou valores mais estáveis, mas também com declínio. A recuperação orçamentária e financeira foi verificada após medidas emergenciais para o enfrentamento da pandemia de Covid-19. Quanto à modalidade Compra com Doação, destaca-se o PAA Municipal e Estadual com mais de 50% da execução de recursos, apesar da modalidade via Termo de Adesão ser incipiente no Estado.

Ao verificar se existiam pontuações na execução orçamentária e financeira do PAA em período de crise política e mudança de governo, e também verificar a execução orçamentária da despesa pública na função agricultura do Mato Grosso do Sul sob a luz da Teoria do Equilíbrio Pontuado, observou-se variações percentuais entre 2013 e 2023 em Mato Grosso do Sul foram impactadas nos períodos de mudança de governo, em 2016 com o *impeachment*, no último ano



do governo Temer (2016-2018), no primeiro e último ano do governo Bolsonaro (2019-2022) e no primeiro ano do governo Lula III (2023). O ambiente político conturbado pode ser a razão das variações negativas em 2016, 2018 e 2022. O maior volume de recursos orçamentários aplicados, após a pandemia, foi em 2023 com variação percentual acima de 200%, considerado um *outliers*, mudança abrupta.

A análise das funções e subfunções do Governo Estadual demonstrou uma descontinuidade das subfunções ligadas ao meio ambiente que podem indicar uma mudança nas prioridades ambientais, enquanto a subfunção Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico apresenta continuidade, indicando uma possível maior eficiência na agricultura, contribuindo para o crescimento econômico. Com relação às execuções orçamentárias, não houve situação atípica nas receitas totais realizadas e nem nas despesas totais liquidadas. Na execução orçamentária do Governo Estadual, na função agricultura, as variações percentuais foram pontuadas (situações atípicas), sugerindo que a função está sujeita a mudanças significativas, que podem ser influenciadas por fatores como políticas governamentais ou climáticas.

Este estudo limitou-se aos dados secundários disponíveis pela Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Conab e Portal Dados Abertos (MDS), e ao Balanço Geral do Estado de Mato Grosso do Sul e aos PPAs. Além disso, o recorte temporal (2013 a 2023) limita a abrangência do PAA no Estado. A divergências dos dados secundários entre a SESAN, Conab e Portal Dados Abertos (MDS) pode influenciar no controle e monitoramento da execução da política pública. Para estudos futuros, sugere-se acompanhar as políticas públicas na nova fase do PAA e sua atuação no Estado de Mato Grosso do Sul e a execução orçamentária e financeira dos valores orçados e valores executados do Governo do Mato Grosso do Sul para a agricultura familiar. Dessa forma, acredita-se no desenvolvimento da formação de agenda para o avanço das políticas públicas e orçamento público para a agricultura familiar como estratégia para o alcance das metas da ODS 1 e 2 da Agenda 2030, melhora na eficiência na execução dos recursos, monitoramento e avaliação dos resultados do PAA e integração das políticas de desenvolvimento rural e combate à fome.

## REFERÊNCIAS

- Bittencourt, D. D. C. (2018). Agricultura familiar, desafios e oportunidades rumo à inovação.
- Breunig, C. & Koski C. (2006). Punctuated Equilibria and Budgets in the American States. *The Policy Studies Journal*, Vol. 34, No. 3, 2006.
- BRASIL. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Brasília, DF *Resultados das ações da CONAB em 2016*. V.9, 2017. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa>.
- BRASIL. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Brasília, DF *Resultados das ações da CONAB em 2017*. V.13, 2018. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa>.
- BRASIL. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Brasília, DF *Resultados das ações da CONAB em 2018*. V.20, 2019. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa>.
- BRASIL. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Brasília, DF *Resultados das ações da CONAB em 2019*. V.27, 2020. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa>.
- BRASIL. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Brasília, DF *Resultados das ações da CONAB em 2020*. V.30, 2020. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa>.



BRASIL. COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Disponível em <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMmRkNGEyYTgtOTFhZi00NjZmLTk1ZDgtMGZiNjZjYTdkNzBjIiwidCI6ImU2ZDkwZGYzLWYxOGItNGJkZC04MDhjLWFhNmQwZjY4YjgwOSJ9>.

BRASIL. Decreto nº 11.476, de 6 de abril de 2023. Regulamenta o Programa de Aquisição de Alimentos, instituído pela Medida Provisória nº 1.166, de 22 de março de 2023, e dispõe sobre o funcionamento do Grupo Gestor do PAA e do Comitê de Assessoramento do Grupo Gestor do PAA.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. DADOS ABERTOS. [https://mdsgov.sharepoint.com/:x/s/DesenvolvimentoSocial-CinciadeDados/EQBQHE1f4jtAjfWckne4jIwBw3gKfwZTGPLffsYozEJf5w?rttime=2k\\_aaFi3Ug](https://mdsgov.sharepoint.com/:x/s/DesenvolvimentoSocial-CinciadeDados/EQBQHE1f4jtAjfWckne4jIwBw3gKfwZTGPLffsYozEJf5w?rttime=2k_aaFi3Ug)

BRASIL. SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, GESTÃO DA INFORMAÇÃO E CADASTRO ÚNICO – SAGICAD. <https://aplicacoes.cidadania.gov.br/vis/data3/data-explorer.php>

BRASIL. AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL. *Relatório de Atividades 2022 AGRAER em 2022*. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.agraer.ms.gov.br/wp-content/uploads/2023/03/relatorio-de-atividades-2022-final.pdf.

Capella, A. C. N. (2005). Formação da agenda governamental: perspectivas teóricas. *Trabalho apresentado no GT Políticas Públicas do XXIX Encontro Anual da ANPOCS*, 25-29.

Carneiro, JA, & Montebello, AES (2024). Políticas Públicas, Compras Sustentáveis e Agricultura Familiar no Brasil – 2013 a 2023. *Revista De Gestão Social E Ambiental*, 18 (4), e08008. <https://doi.org/10.24857/rgsa.v18n4-157>

Carvalho, D. I. D. (2017). Análise da execução orçamentária do Distrito Federal entre 2000 e 2015, sob a perspectiva da Teoria do Equilíbrio Pontuado.

Carvalho, D. I. D. (2018). Teoria do Equilíbrio Pontuado: uma análise da execução orçamentária no Brasil no período de 1980-2014.

Cavalcanti, N. T. F., Marjotta-Maistro, M. C., & Rodrigues, G. G. (2024). Entre avanços e rupturas: análise do alcance do Programa de aquisição de Alimentos (PAA) em 10 anos de atuação–2009 a 2019. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, (63).

Cunha, W. A. D., Freitas, A. F. D., & Salgado, R. J. D. S. F. (2017). Efeitos dos programas governamentais de aquisição de alimentos para a agricultura familiar em Espera Feliz, MG. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 55(3), 427-444.

da Silva, M. C., & de Oliveira, E. J. (2024). Ensaio teórico sobre a teoria do equilíbrio pontuado. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, 16(3), e3691-e3691.

da Silva, M. C., do Nascimento, J. C. H. B., & da Silva, J. D. G. (2022). Análise da execução orçamentária do Governo Federal Brasileiro em saúde e educação, 2000-2018, sob a ótica da Teoria do Equilíbrio Pontuado. *Cuadernos de Contabilidad*, 23(23), 4.

Delgado, G. C., Conceição, J. C. P. R. D., & Oliveira, J. J. D. (2005). Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA).

Dias, T. F., & Rocha, L. A. (2015). O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e seus efeitos nos municípios do Rio Grande do Norte-2005 a 2011. *Administração Pública e Gestão Social*, 7(1), 16-25.

Froehlich, A. G., Dalfovo, W. C., Laforga, G., & Sguarezi, S. B. (2024). O alcance das políticas públicas para os assentamentos de Reforma Agrária: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). *Revista de Gestão e Secretariado*, 15(8), e4093-e4093.



- Grisa, C., Schmitt, C. J., Silva, A. P. D., Leite, S. P., Zimmermann, S., & Barbosa, Y. R. D. S. (2022). A desestruturação das políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar: mudanças institucionais, estratégias de desmonte e novas configurações.
- Galván, G. H., & de Oliveira, A. R. (2023). As transformações do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no estado de Goiás (2010-2020): limites e possibilidades para a construção da soberania alimentar. *Ateliê Geográfico*, 17(2), 32-57.
- IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- Jordan, MM (2003). Pontuações e agendas: Um novo olhar sobre as despesas orçamentárias dos governos locais. *Journal of Policy Analysis and Management*, 22 (3), 345-360.
- Martins, M. C., Machado, M. L., Hinnig, P. D. F., Machado, P. M. D. O., & Gabriel, C. G. (2024). Recurso público na agenda brasileira da Segurança Alimentar e Nutricional de 2000 a 2022. *Revista de Saúde Pública*, 58, 54.
- Mascarello, J., Nascimento, J., & Matos, M. M. O. (2024). A presidência brasileira no G20: a intersetorialidade necessária entre o combate à fome, a bioeconomia e as mudanças climáticas para a construção de um mundo justo e um planeta sustentável.
- Moreira, TL, de Souza Moreira, V., Rossignoli, R., & de Souza, VG (2023). Planos Federais de governo e a teoria do equilíbrio pontuado: análise para o período 2004-2020. *CIÊNCIA DINÂMICA*, 14 (1), 1-33.
- ONU BRASIL. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (2015). **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**.
- Peixoto, Â. M. M., & Oliveira, A. R. D. (2020). Produção de alimentos, agricultura camponesa e soberania alimentar: o PAA no estado de Goiás. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia*, (48).
- Santana, S. S. N., da Silva, A. C., & do Nascimento, J. C. H. B. (2024). Restos a pagar das universidades federais brasileiras: uma análise no período de 2015-2022 sob a ótica da Teoria do Equilíbrio Pontuado. *REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL-Universidade Federal do Rio Grande do Norte-ISSN 2176-9036*, 16(1), 242-258.
- Santos, C. S., de Lima, R. M. M., & de Lima Albuquerque, J. (2023). O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): uma leitura a partir do desenvolvimento como liberdade. *Revista Inter-Legere*, 6(37), c34004-c34004.
- dos Santos, L. F., de Souza, W. J., & Resende, T. C. (2019). Impactos Econômicos das Aquisições da Agricultura Familiar por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para os Municípios Mineiros. *Revista Eletrônica Multidisciplinar UNIFACEAR*, 2(8), 1-15.
- Silva, A. J. H. D. (2014). Metodologia de pesquisa: conceitos gerais.
- Silva, F. C. (2016). Política agrícola no PPA 2012-2015: análise da execução orçamentária e da implementação de metas.
- Valadares, A. A., Alves, F. A., Galiza, M., & Lima, S. K. (2019). O desempenho recente das políticas de compras públicas da produção da agricultura familiar. *Políticas sociais: acompanhamento e análise*, 19, 385-405.